



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**14/01/2015**

# INDICE

---

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2. CONVÊNIOS	
2.1. JORNAL AQUI.....	2
3. DECISÕES	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	3
4. EXECUÇÕES PENAIS	
4.1. JORNAL O DEBATE.....	4
4.2. JORNAL PEQUENO.....	5
5. JUÍZES	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6
5.2. JORNAL PEQUENO.....	7 - 8
6. PORTAL DO JUDICIÁRIO	
6.1. JORNAL PEQUENO.....	9
7. PRESIDÊNCIA	
7.1. JORNAL O DEBATE.....	10
7.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	11 - 12
7.3. JORNAL O PROGRESSO.....	13
7.4. JORNAL PEQUENO.....	14 - 15
8. SEM ASSUNTO	
8.1. JORNAL EXTRA.....	16
9. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
9.1. JORNAL AQUI.....	17
9.2. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS.....	18
9.3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	19 - 20
9.4. JORNAL EXTRA.....	21
9.5. JORNAL O DEBATE.....	22
9.6. JORNAL O IMPARCIAL.....	23

## ▷ PARCERIA

## TJMA modernizará gestão e rotinas no Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) terá como parceiro o Movimento Brasil Competitivo (MBC) na elaboração da nova etapa do Planejamento Estratégico do Judiciário estadual. Por meio do Programa Modernizando a Gestão Pública, o MBC auxiliará o tribunal no desenho e padronização das rotinas administrativas e criação de um escritório de projetos, prevendo a modernização dos serviços e maior agilidade na prestação jurisdicional.

A parceria foi firmada no mês de dezembro de 2014, em evento do MBC em São Paulo (SP). Na ocasião, o tribunal maranhense foi representado pela coordenadora da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA, juíza Sônia Amaral.

A exemplo de outros tribunais do país, como o Tribunal de Contas da União, Tribunal de Justiça de São Paulo e Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o TJMA passará a desenvolver projetos de gestão com assessoria de grandes consultorias nacionais, a custo zero, já que o MBC é que busca financiadores e parceiros para o desenvolvimento de seus programas.

"Passaremos a desenvolver o planejamento e as rotinas em padrões internacionais de eficiência e automação, praticamente sem custo e com total apoio da entidade, sem termos qualquer contato com empresas ou entidades financiadoras", explica Sônia Amaral.

Segundo a coordenadora da

AGEM, o tribunal já recebeu a visita da primeira empresa de consultoria parceira da MBC para entrevista e análise. Mais duas ou três consultorias deverão ser apresentadas e entrevistadas para, em seguida, o TJMA avaliar e indicar ao MBC qual delas tem o perfil ideal para atuar nos projetos locais. Esse processo deverá demorar cerca de dois meses.

A partir da escolha da consultoria, o MBC dará o sinal para o início dos trabalhos, que é um processo longo de estudos, análises, replanejamento e acompanhamento da execução. "Um dos grandes benefícios desse projeto é que a consultoria, além de montar conosco o planejamento do TJMA, acompanhará a sua execução, que será totalmente amarrada ao orçamento disponível", completa a coordenadora.

Além do planejamento estratégico, serão repensados e criados novos modelos de rotinas administrativas, manuais, ferramentas automatizadas entre outras soluções que modernizem e padronizem os processos internos do TJMA, independentemente do foco de gestão ou prioridade.

Para a juíza, toda administração exige uma boa governança, que só se consegue com planejamento, organização e rotinas modeladas. "A boa governança dará suporte à nossa atividade fim, que é prestar um excelente serviço ao cidadão. O benefício maior é para o jurisdicionado", avalia.

 **CARNAVAL 2015**

## **Solicitação de alvará para menores acaba dia 31**

Termina no próximo dia 31 o prazo para solicitação de alvará judicial emitido pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís para participação de crianças e adolescentes nas festividades carnavalescas. A medida consta de portaria editada pela juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, magistrada que se encontra respondendo pela unidade.

Segundo o documento (Portaria 01/2015), não serão recebidas solicitações fora do prazo. A entrega dos alvarás se dá no período de 2 a 6 de fevereiro. A solicitação e a entrega dos alvarás acontecem no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade (Avenida Silva Maia, 219, Centro) de segunda à sexta-feira, das 08h às 18h.

Editada com base na Portaria 001/2012, da Vara da Infância, a portaria visa a resguardar os direitos e garantias de crianças e adolescentes, bem como a proteção integral dos mesmos.

Para a solicitação dos alvarás são necessários: o requerimento administrativo a ser solicitado na Vara da Infância, a relação dos nomes de menores com idade entre seis e doze anos participantes das brincadeiras, a cópia da inscrição do CNPJ da agremiação, bem como CPF, RG e comprovante de endereço do responsável. A autorização dos pais ou responsáveis legais pelo menor também é exigida. As determinações constam da portaria 001/2012.

# Pedido de alvará para menores no Carnaval termina dia 31

Termina no próximo dia 31 o prazo para solicitação de alvará judicial emitido pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís para participação de crianças e adolescentes nas festividades carnavalescas. A medida consta de portaria editada pela juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, magistrada que se encontra respondendo pela unidade.

Segundo o documento (Portaria 01/2015), não serão recebidas solicitações fora do prazo. A entrega dos alvarás se dá no período de 2 a 6 de fevereiro. A solicitação e a entrega dos alvarás acontecem no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade (Avenida Silva Maia, 219, Centro) de segunda à sexta-feira, das

08h às 18h.

Portaria - Editada com base na Portaria 001/2012, da Vara da Infância, a portaria visa a resguardar os direitos e garantias de crianças e adolescentes, bem como a proteção integral dos mesmos.

Para a solicitação dos alvarás são necessários: o requerimento administrativo a ser solicitado na Vara da Infância, a relação dos nomes de menores com idade entre seis e doze anos participantes das brincadeiras, a cópia da inscrição do CNPJ da agremiação, bem como CPF, RG e comprovante de endereço do responsável. A autorização dos pais ou responsáveis legais pelo menor também é exigida. As determinações constam da portaria 001/2012.

**Responsabilidade** ambiental, reciclagem e uso consciente dos recursos necessários à prestação jurisdicional: são esses os temas do calendário de mesa do Tribunal de Justiça do Maranhão para 2015.

- **Após o** recadastramento, será iniciada a série de demissões na Câmara Municipal, por decisão judicial.

## “Não sou Charlie” I

“Não há dúvida de que o ato foi covarde e bestial”. As palavras são do juiz maranhense Cristiano Simas de Sousa, a despeito das charges que motivaram o ataque ao jornal francês Charlie Hebdo e que, em sua opinião, merece a indignação e o repúdio do mundo civilizado. Para o juiz, é notório o caráter desrespeitoso dos desenhos. Em algumas publicações, Maomé aparece como ator de um filme pornô. Em outra, está de quatro e nu. Isso sem falar no que aparece beijando um homem na boca.

Quanto aos católicos, o jornal também não economizou. Em uma das mais polêmicas publicações, Deus personificado aparece sendo penetrado por Jesus e este sendo penetrado pelo que elas representaram como sendo o Espírito Santo. “Diante desses quadros, desculpem-me, dantescos, e não buscando, em hipótese alguma, justificar o injustificável, me pergunto até onde vai o direito à liberdade de expressão? Será que esse direito autorizaria essas pessoas a tratar símbolos religiosos tão caros a todos nós dessa forma?”.

## “Não sou Charlie” II

Em hipótese alguma defendendo que os cartunistas mereceriam o destino atroz que tiveram, o juiz questionase seria o único a achar que foram longe demais em suas “publicações satíricas”.

Essas publicações, segundo ele, em nada contribuíram para o fim da intolerância religiosa ou da islamofobia que hoje impera na França, mas apenas serviu para

agravar um quadro que o próprio governo francês busca, a todo custo, esconder.

Uma política de estado que envergonha um país dito civilizado ao tratar os descendentes de árabes e imigrantes como cidadãos de segunda categoria. Lá, a xenofobia aos imigrantes já desestabiliza a sociedade de maneira profunda.

## “Não sou Charlie” III

Os editores do Charlie Hebdo não lutavam contra esse mal. Optaram por auferir ganhos financeiros através do achincalho e avacalhado de valores que, para a grande parte das pessoas, representa o que há de mais importante em suas vidas. Com certeza, acredita Cristiano Simas, os intolerantes, preconceituosos e fundamentalistas de direita da política francesa se divertiam muito com as publicações do jornal.

Ele acredita que, se tais publicações ocorressem no Brasil, dificilmente chegaríamos a esse ponto. Isto porque aqui o sincretismo religioso torna os brasileiros mais tolerantes e absolutamente receptivos aos imigrantes.

O mais triste para o juiz é que, enquanto na Cidade Luz pessoas são mortas pelo abuso no exercício do direito à liberdade de expressão, aqui vidas são destruídas e ninguém vai às ruas pedir por justiça. A indignação, se existente, dilui-se no tempo rapidamente sem que a vítima deste abuso encontre, sequer, o restabelecimento de sua honra. Por isso, ao contrário de muitos, Cristiano Simas manda o recado: “Não sou Charlie”.

# 105 pedidos de festas carnavalescas foram levados à Delegacia de Costumes

55 solicitações são referentes a eventos diurnos e as outras 50 a festas realizadas à noite; 4 pedidos foram autorizados

Até ontem, 105 pedidos de autorização para festas de Carnaval foram recebidos e estão em análise no momento pela Delegacia de Costumes e Diversões Públicas (DCDP) de São Luís. Desse total, 55 são referentes a eventos diurnos e os outros 50 a festas realizadas durante a noite. Em 2014, foram recebidos mais de 100 pedidos pela Polícia Civil.

A DCDP informou que, da quantidade de pedidos feitos para autorização, apenas quatro já foram liberados por atender aos pré-requisitos necessários (como respeitar os limites de espaço público, apresentação dos itens de segurança como extintores de incêndio, entre outros). Entre os bairros com maior número de pedidos de li-

beração para a promoção de eventos carnavalescos, estão Cohab, Cohatrac e Centro.

Segundo o chefe de captura da DCDP e um dos responsáveis pela análise dos pedidos, Benedito Nina, é fundamental que o responsável pelo evento respeite, em especial, os limites sonoros. De acordo com ele, até as 18h, é permitido o acionamento de equipamento cuja altura máxima de som não ultrapasse os 55 decibéis. A partir desse horário, o som não poderá ultrapassar o limite máximo de até 45 decibéis.

Benedito Nina informou a **O Estado** o que acontecerá com responsáveis por equipamentos automotivos, caso desrespeitem essa regra. "Inicialmente, o equi-

pamento é apreendido e o responsável é levado para a delegacia ou plantão mais próximo, onde o delegado que analisa a causa arbitrará pagamento de fiança", disse.

Ainda de acordo com ele, também poderá ser instaurado inquérito contra o proprietário e o equipamento de som apreendido será levado para a Justiça.

"Em alguns casos, a própria população poderá elaborar, espontaneamente, um abaixo-assinado e, em seguida, trazer para nós da Delegacia de Costumes. Nesse caso, os policiais farão uma visita até o local solicitado, onde os denunciantes poderão indicar o local exato do desrespeito à ordem pública, por meio da altura indevida do som", disse.

“

Inicialmente, o equipamento é apreendido e o responsável é levado para a delegacia ou plantão mais próximo”

Benedito Nina, da DCDP

## Prazo para alvará de menores no Carnaval termina no dia 31

A 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís informa que o prazo para solicitação de alvará emitido pela para participação de crianças e adolescentes nas festividades carnavalescas será encerrado no dia 31 deste mês. A medida consta de portaria editada pela juíza titular da unidade judicial responsável pelo documento, Lívia Maria da Graça Costa Aguiar.

Com base na Portaria nº01, de 2015, não serão recebidas solicitações fora do prazo. Ainda de acordo com a Justiça, a entrega dos alvarás ocorrerá entre os dias 2 e 6 do próximo mês e acontecerá no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade (Avenida Silva Maia, 219, Centro) de segun-

da a sexta-feira, das 8h às 18h.

Editada com base na Portaria 001/2012, a Portaria nº 01 visa a resguardar os direitos e garantias de crianças e adolescentes, bem como a proteção integral dos mesmos. Para a solicitação dos alvarás, são necessários os seguintes documentos: o requerimento administrativo a ser solicitado na Vara da Infância, além da relação dos nomes de menores com idade entre 6 e 12 anos participantes das brincadeiras.

Além desses documentos, também são exigidos a cópia da inscrição do CNPJ da agremiação, bem como CPF, RG, comprovante de endereço do responsável e a autorização dos pais ou responsáveis.



Festa de pré-Carnaval realizada aos sábados na Rua do Egito, no Centro

### Mais

**Principais pré-requisitos para realização de festas** - apresentação de nota fiscal da aquisição do equipamento de som, de alvará de segurança emitido pelo Corpo de Bombeiros do Maranhão, além da liberação do uso do espaço público, de forma provisória, emitida pela Blitz Urbana e pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

**Reunião** - hoje, a partir das 17h, no Teatro da Cidade de São Luís, será realizada uma reunião entre representantes de órgãos municipais (Secretaria de Trânsito e Transportes, Fundação Municipal de Cultura, Blitz Urbana) e da Delegacia de Costumes, que terá como objetivo padronizar a fiscalização a vendedores ambulantes e responsáveis por festas durante o Carnaval deste ano.

**Delegacia** - atualmente, a Delegacia de Costumes em São Luís funciona no prédio localizado na Rua Celso Magalhães, Centro (próximo ao Ginásio Costa Rodrigues). Para qualquer tipo de solicitação ou denúncia, basta ligar para o 3214-8653.

## Solicitação de alvará para menores no Carnaval

Termina no próximo dia 31 o prazo para solicitação de alvará judicial emitido pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís para participação de crianças e adolescentes nas festividades carnavalescas. A medida consta de portaria editada pela juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, magistrada que se encontra respondendo pela unidade.

Segundo o documento (Portaria 01/2015), não serão recebidas solicitações fora do prazo. A entrega dos alvarás se dá no período de 2 a 6 de fevereiro. A solicitação e a entrega dos alvarás acontecem no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade (Avenida Silva Maia, 219, Centro) de segunda à sexta-feira, das 08h às 18h.

**PORTARIA** - Editada com base na Portaria 001/2012, da Vara da Infância, a portaria visa a resguardar os direitos e garantias de crianças e adolescentes, bem como a proteção integral dos mesmos.

Para a solicitação dos alvarás são necessários: o requerimento administrativo a ser solicitado na Vara da Infância, a relação dos nomes de menores com idade entre seis e doze anos participantes das brincadeiras, a cópia da inscrição do CNPJ da agremiação, bem como CPF, RG e comprovante de endereço do responsável. A autorização dos pais ou responsáveis legais pelo menor também é exigida. As determinações constam da portaria 001/2012.

## Procon vai entrar com processo administrativo contra FMF

O Procon do Maranhão, através do seu diretor Duarte Júnior, anunciou que vai entrar com processo administrativo contra a Federação Maranhense de Futebol. A decisão foi tomada, após ser constatada infração ao Código de Defesa do Consumidor no processo de venda de ingressos para

a competição Supercopa do Maranhão. Como noticiado na segunda-feira (12), o presidente da FMF emitiu uma portaria determinando a venda casada de ingressos para as duas rodadas entre os times: Sampaio, Moto, Vitória e Náutico.

Os preços variam entre R\$ 120 e R\$ 200. Na portaria

003/2015 da FMF, existe um artigo que veda a comercialização de ingressos de forma separada. A prática é considerada e passível de crime.

Duarte Júnior explica que a Federação Maranhense de Futebol pode oferecer um pacote de ingressos ao torcedor, mas não pode exigir que sejam

adquiridos todos os bilhetes da competição e deve ser garantida a venda individual dos tickets. Caso obtenha sucesso no processo judicial, quem vai ganhar é o torcedor que terá seu direito cumprido. Os jogos da Supercopa do Maranhão vão ocorrer nos próximos dias 22 e 25 de janeiro.

# Cursos profissionalizantes beneficiam egressos do sistema penitenciário do MA

O curso possui carga horária de 20 horas/aulas e inclui orientações sobre comportamento no ambiente de trabalho e noções de técnicas administrativas

O Governo do Maranhão está proporcionando a egressos do sistema penitenciário capacitação para acesso ao mercado de trabalho. Através da Secretaria de Administração Penitenciária (Sejap) foi desenvolvida parceria com o Tribunal de Justiça e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), responsáveis pelo Programa Começar de Novo.

Com o programa, ex-detentos estão participando de curso de técnico administrativo. "Nossa proposta é criar oportunidades para que eles tenham acesso ao mercado de trabalho, essa ação faz parte da política de ressocialização desenvolvida pela gestão estadual", afirmou o secretário da Sejap, Murilo Andrade.

**SOBRE O CURSO** - O curso possui carga horária de 20 horas/aulas e inclui orientações sobre comportamento no ambiente de trabalho e noções de técnicas administrativas. As aulas foram iniciadas na segunda-feira (13) e estão sendo realizadas na Escola de Gestão Penitenciária (Ege-



Secretário Murilo Andrade discorre sobre a proposta

pen). O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, presente na aula inaugural, afirmou que o curso integra as ações de reintegração social.

O representante do Programa Começar de Novo, juiz Dou-

glas Martins, afirmou que ações como cursos profissionalizantes são importantes oportunidades de recomeço para alguns. O diretor regional do Senac, José Batista, comentou que as parcerias beneficiam de forma direta os egressos e indireta-

mente toda a sociedade.

Um dos participantes do curso, de 23 anos, contou que enxerga na ação uma oportunidade real de ser inserido no mercado de trabalho. "Eu espero aprender muito aqui e conseguir um emprego logo", disse.

# Estado e TJMA firmam parceria para garantia de direitos dos maranhenses

Procurador geral, Rodrigo Maia, lembrou que esses núcleos deverão dar atenção especial às áreas de saúde e precatórios, setores com grande dívida com a sociedade



Reunião entre representantes da PGE e do TJ-MA

O procurador geral do Estado, Rodrigo Maia, foi recebido, na tarde desta segunda-feira (12), pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Cleonice Freire. O encontro, na sede do TJ-MA, marca o início da cooperação técnica entre os dois órgãos para a garantia de direitos dos maranhenses, um

compromisso assumido pelo governador Flávio Dino.

"O Estado do Maranhão tem um grande volume de processos tramitando no poder judiciário estadual. Muitas vezes, isso ocorre porque governos anteriores, em especial o que findou, tinham um grande déficit na realização de suas obrigações constitucionais. O

governador Flávio Dino determinou, justamente, que o Estado seja um sujeito realizador de direitos e assim diminua as demandas judiciais", explicou o procurador geral.

Rodrigo Maia destacou que durante a visita de apresentação realizada ao Poder Judiciário foi possível debater assuntos importantes como trabalhar para

efetivar os núcleos de mediação, o que contribuirá para diminuir o volume de processos. O procurador geral lembrou que esses núcleos deverão dar atenção especial às áreas de saúde e precatórios, setores com grande dívida com a sociedade.

"Começamos a desenhar uma cooperação técnica para apresentarmos uma pauta que vamos conduzir conjuntamente com o Judiciário. Desse modo, Judiciário e Executivo estarão alinhados na tarefa comum, enquanto ente estatal, de promover a efetivação dos direitos dos cidadãos maranhenses", declarou, ao avaliar a visita ao judiciário maranhense.

Segundo a presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire, a parceria com o Poder Executivo otimizará a atuação da Justiça, dando mais rapidez aos processos pendentes. "Este tipo de diálogo é bom. Nosso objetivo é atingir o cidadão facilitando a celeridade processual, a eficácia das decisões e evitar que cada ação se prolongue em anos. A Procuradoria tem muito a nos ajudar e nós vamos dar nossa parte de contribuição", disse.

## - SOLICITAÇÃO DE ALVARÁ

Termina no próximo dia 31 o prazo para solicitação de alvará judicial emitido pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís para participação de crianças e adolescentes nas festividades carnavalescas. A medida consta de portaria editada pela juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, magistrada que se encontra respondendo pela unidade. Segundo o documento (Portaria 01/2015), não serão recebidas solicitações fora do prazo. A entrega dos alvarás se dá no período de 2 a 6 de fevereiro. A solicitação e a entrega dos alvarás acontecem no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade (Avenida Silva Maia, 219, Centro) de segunda à sexta-feira, das 08h às 18h.



## JUDICIÁRIO

# Presidente do TJ recebe procurador

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu visita de cortesia do procurador-geral do estado, Rodrigo Maia, que foi recebido no Gabinete da Presidência, no Palácio Clóvis Beviláqua, sede da Corte Estadual de Justiça. Durante a conversa com o procurador-geral do estado, a desembargadora Cleonice Freire falou da importância do diálogo institucional.

“O Poder Judiciário trabalha em harmonia com as instituições, tendo como foco a defesa dos interesses do cidadão”, afirmou a desembargadora, ressaltando o caráter público do Poder Judiciário.

O procurador-geral do estado, por sua vez, reiterou o desejo de trabalhar em sintonia com o



**Presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, recebeu o procurador-geral do estado, Rodrigo Maia**

Tribunal de Justiça, para o bom e pleno desempenho das atribuições dos dois órgãos, com vistas a uma prestação jurisdicional eficiente.

“Nosso objetivo é estreitar

os laços e trabalhar em parceria, estabelecendo uma relação de proximidade e integração”, destacou Rodrigo Maia.

A visita foi acompanhada pelos juízes auxiliares da Presidência

do TJMA, José Nilo Ribeiro e Márcio Brandão, pelo diretor geral do Tribunal de Justiça, Hebert Pinheiro Leite, e pelos membros da equipe técnica do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

## ALVARÁ

# Autorização especial para crianças no carnaval

O prazo para solicitação de alvará judicial emitido pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís para participação de crianças e adolescentes nas festividades carnavalescas termina no próximo dia 31. A medida consta de portaria editada pela juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, magistrada que se encontra respondendo pela unidade.

Segundo o documento (Portaria 01/2015), não serão recebidas solicitações fora do prazo. A entrega dos alvarás se dá no período de 2 a 6 de fevereiro. A solicitação e a entrega dos alvarás acontecem no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade (Avenida Silva Maia, 219, Centro) de segunda a sexta-feira, das

8h às 18h.

Editada com base na Portaria 001/2012, da Vara da Infância, a portaria visa a resguardar os direitos e garantias de crianças e adolescentes, bem como a proteção integral dos mesmos.

Para a solicitação dos alvarás são necessários: o requerimento administrativo a ser solicitado na Vara da Infância, a relação dos nomes de menores com idade entre seis e doze anos participantes das brincadeiras, a cópia da inscrição do CNPJ da agremiação, bem como CPF, RG e comprovante de endereço do responsável. A autorização dos pais ou responsáveis legais pelo menor também é exigida. As determinações constam da portaria 001/2012.

## Estado e TJ firmam parceria para garantia de direitos dos maranhenses



Nael Reis

**Reunião entre representantes da PGE e do TJ-MA marcou início de cooperação técnica em benefício dos maranhenses**

O procurador geral do Estado, Rodrigo Maia, foi recebido, na tarde dessa segunda-feira (12), pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Cleonice Freire. O encontro, na sede do TJ-MA, marca o início da cooperação técnica entre os dois órgãos para a garantia de direitos dos maranhenses, um compromisso assumido pelo governador Flávio Dino.

“O Estado do Maranhão tem um grande volume de processos tramitando no poder judiciário estadual. Muitas vezes, isso ocorre porque governos anteriores, em especial o que findou, tinham um grande déficit na realização de suas obrigações constitucionais. O governador Flávio Dino determinou, justamente, que o Estado seja um sujeito realizador

de direitos e assim diminua as demandas judiciais”, explicou o procurador geral.

Rodrigo Maia destacou que durante a visita de apresentação realizada ao Poder Judiciário foi possível debater assuntos importantes como trabalhar para efetivar os núcleos de mediação, o que contribuirá para diminuir o volume de processos. O procurador geral lembrou que esses núcleos deverão dar atenção especial às áreas de saúde e precatórios, setores com grande dívida com a sociedade.

“Começamos a desenhar uma cooperação técnica para apresentarmos uma pauta que vamos conduzir conjuntamente com o Judiciário. Desse modo, Judiciário e Executivo estarão alinhados na tarefa comum, enquanto ente esta-

tal, de promover a efetivação dos direitos dos cidadãos maranhenses”, declarou, ao avaliar a visita ao judiciário maranhense.

Segundo a presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire, a parceria com o Poder Executivo otimizará a atuação da Justiça, dando mais rapidez aos processos pendentes. “Este tipo de diálogo é bom. Nosso objetivo é atingir o cidadão facilitando a celeridade processual, a eficácia das decisões e evitar que cada ação se prolongue em anos. A Procuradoria tem muito a nos ajudar e nós vamos dar nossa parte de contribuição”, disse.

DIVULGAÇÃO



Secretário Murilo Andrade afirmou que a proposta é inserir os egressos do sistema prisional no mercado de trabalho

## *Cursos profissionalizantes beneficiam egressos do sistema penitenciário*

O governo do Maranhão está proporcionando a egressos do sistema penitenciário capacitação para acesso ao mercado de trabalho. Por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (Sejap) foi desenvolvida parceria com o Tribunal de Justiça e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), responsáveis pelo Programa Começar de Novo.

Com o programa, ex-detentos estão participando de curso de técnico administrativo. “Nossa proposta é criar oportunidades para que eles tenham acesso ao mercado de trabalho, essa ação faz parte da política de ressocialização desenvolvida pela gestão estadual”, afirmou o secretário da Sejap, Murilo Andrade.

O curso possui carga horária de 20 horas/aulas e inclui orientações sobre comportamento no ambiente de trabalho e noções de técnicas

administrativas. As aulas foram iniciadas na segunda-feira (12) e estão sendo realizadas na Escola de Gestão Penitenciária (Egepen). O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, presente na aula inaugural, afirmou que o curso integra as ações de reintegração social.

O representante do Programa Começar de Novo, juiz Douglas Martins, afirmou que ações como cursos profissionalizantes são importantes oportunidades de recomeço para alguns. O diretor regional do Senac, José Batista, comentou que as parcerias beneficiam de forma direta os egressos e indiretamente toda a sociedade. Um dos participantes do curso, de 23 anos, contou que enxerga na ação uma oportunidade real de ser inserido no mercado de trabalho. “Eu espero aprender muito aqui e conseguir um emprego logo”, disse.

## *Fórum de Paço não terá atendimento nesta quarta*

A juíza Jaqueline Reis Caracas, titular da 1ª Vara e Diretora do Fórum de Paço do Lumiar, informa que não haverá expediente forense nesta quarta-feira, dia 14. De acordo com a comunicação enviada à Corregedoria Geral da Justiça, o motivo é o feriado municipal, pela passagem do aniversário da cidade. O feriado é instituído por Lei Municipal.

Segundo norma da Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações da Justiça de 1º grau, a suspensão de expediente forense deve ser objeto de portaria editada pelo magistrado, que deverá ser encaminhada ao órgão fiscalizador via sistema de gerenciamento de processos administrativos (Digidoc).

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 83 do Código de Divi-

são e Organização Judiciárias, serão feriados forenses os sábados, feriados nacionais, segundas e terças-feiras de Carnaval, quintas e sextas-feiras Santas e o dia 8 de dezembro. São considerados feriados, também, os declarados em lei do Município.

Também pelo Ato nº 1664/2012, não há expediente forense quando há feriados definidos em lei municipal. E no art. 6º fica claro que os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a observância pelo Judiciário. Conforme estabelece o artigo 7º do mesmo documento, é determinado que nos dias em que não houver expediente deverá funcionar o Judiciário. *(Ascom TJ-MA)*

## Sem expediente hoje

A juíza Jaqueline Reis Caracas, titular da 1ª Vara e Diretora do Fórum de Paço do Lumiar, informa que não haverá expediente forense nesta quarta-feira, dia 14.

De acordo com a comunicação enviada à Corregedoria Geral da Justiça, o motivo é o feriado municipal pela passagem do aniversário da cidade. O feriado é instituído por Lei Municipal.

Segundo norma da Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações da Justiça de 1º grau, a suspensão de expediente forense deve ser objeto de portaria editada pelo magistrado, que deverá ser encaminhada ao órgão fiscalizador via sistema de gerenciamento de processos administrativos (Digidoc).

- Já está disponível no Portal do Judiciário ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)) a versão eletrônica da “TJ em Revista” - publicação que presta contas das ações do Poder Judiciário em 2014, como parte do planejamento para o biênio 2014/2015.



Desembargadora e procurador-geral falam sobre diálogo institucional

## *Presidente do TJMA recebe visita do procurador-geral do Estado*

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu visita de cortesia do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, nesta segunda-feira (12). Durante o encontro, ambos destacaram a necessidade do diálogo institucional. “O Poder Judiciário trabalha em harmonia com

as instituições, tendo como foco a defesa dos interesses do cidadão”, afirmou a desembargadora, ressaltando o caráter público do Poder Judiciário. O procurador-geral do Estado, por sua vez, reiterou o desejo de trabalhar em sintonia com o Tribunal de Justiça e a importância de estabelecer uma relação de proximidade e integração.

« *“O Poder Judiciário trabalha em harmonia com as instituições, tendo como foco a defesa dos interesses do cidadão”, afirmou a desembargadora Cleonice Freire, ressaltando o caráter público do Poder Judiciário, ao receber a visita do Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia*